

PINTO, Maria Manuela. **PRESERVEMAP: um roteiro da preservação na era digital**. Porto: Afrontamento, 2009.

## PRESERVEMAP: um roteiro da preservação na era digital

Josemar Henrique de Melo

Os professores da Universidade do Porto tem-nos trazido em seus livros elementos extremamente importante para repensarmos o cotidiano na Arquivologia<sup>1</sup>. Não foi diferente com a publicação desta obra da professora Maria Manuela Pinto, em que se corporifica não só sua pesquisa de análise sobre projetos de preservação digital como também uma imersão deste objeto, a partir de um histórico da preservação e da necessidade de estruturá-la numa fundamentação teórica.

A obra dividi-se de maneira didática, aprofundando questões que vão para além do meramente técnico que normalmente temos visto nos livros sobre este tema. Isso pode ser notado já no primeiro capítulo intitulado **Fundamentos Epistemológicos e Teóricos**, onde a autora define sua posição teórica, vinculada à perspectiva sistêmica e transdisciplinar da Arquivologia que permite “[...] uma efectiva Gestão da Informação articulada com a estrutura, a cultura e o funcionamento organizacional” (p.21). A sua posição metodológica também é definida por meio do método quadripolar que orienta e delimita a sua investigação.

Neste sentido, a autora enquadra o seu objeto de pesquisa – da preservação, conservação e restauro à preservação digital – nestes referidos limites teórico-metodológico, analisa-o a partir dos mais variados conceitos apresentado pelos autores da área e defende a preservação e conservação como parte integrante da Gestão da Informação, “[...] devendo ser pensada a longo prazo e em termos de políticas, e programas, recursos e estrutura orgânica/funcional [...] tendo implicações quer na fixação da Missão da Organização, quer nos objectivos [...] quer nas metas fixadas, quer, ainda, nas acções/actividades e projectos planeados para os efectivar” (p.34). Destarte, é pertinente colocar a preservação como parte integrante da gestão da informação e que deve ser inserida nos planos de administração

**Josemar Henrique de Melo**  
<http://lattes.cnpq.br/8934531652652896>  
[josemarhenrique@gmail.com](mailto:josemarhenrique@gmail.com)  
Doutor em Documentação pela Universidade do Porto, Portugal, com reconhecimento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor efetivo do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

**Submetido em: 26/09/2013**  
**Publicado em: 18/12/2013**

<sup>1</sup> Apresentação de perspectivas epistemológicas para a Arquivologia em obras como: Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação; Das ‘ciências documentais’ à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular; A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico.

das organizações, como também dos diversos sistemas de informação tecnológico organizacional, pois só a partir daí conseguiremos manter os documentos por longo prazo, capacitando-os a se tornarem a memória institucional.

O segundo capítulo está dividido em duas partes, ambas trazendo dois processos diacrônicos. O primeiro, sobre a situação da preservação e conservação em Portugal através de inquéritos aplicados às instituições que custodiavam acervos arquivísticos e bibliográficos. A partir deste levantamento e subsidiada por diversos gráficos é possível à autora mapear o que considera as forma de ‘ver e pensar’ a preservação naquele país. Além disso, ela discorre sobre a necessidade de alteração “do papel a desempenhar pelo ‘gestor da informação/gestor da preservação’” (p.58) o que deverá causar impactos na formação desses profissionais da área de arquivos e bibliotecas e na qualidade dos acervos e dos serviços prestados.

No que se refere ao impacto na formação, a autora pontua que a matriz historicista e patrimonialista formatou durante muito tempo, profissionais que não souberam lidar com a emergência da nova realidade impulsionada pelo ambiente digital. Porém, face aos debates empreendidos pela instituição profissional daquele país e pelas Universidades do Porto, Coimbra e Autónoma de Lisboa, a partir da segunda metade dos anos 90, surgem “[...] a necessidade de uma efetiva mudança que correspondesse aos desafios colocados por um modelo desenvolvimento social e económico, identificado na noção operatória de Sociedade da Informação”. (p. 60) Na sua análise, Manuela Pinto percebe nos planos de curso a vertente técnica da preservação direcionada apenas para os suportes analógicos, criando um hiato entre a formação e o mundo digital.

A partir da pergunta ‘preservar o quê?’ a segunda parte deste capítulo faz uma minuciosa incursão histórica e conceitual do objeto da preservação e dos modelos de preservação que vai do início da escrita ao objeto digital. Denota-se que o homem sempre possuiu a necessidade de materialização das suas ideias, de armazená-las, de organizá-las; e, principalmente, acessá-las “[...] em tempos e lugares diferentes” (p. 82). Neste sentido, o imperativo da conservação será o de manter o conteúdo intelectual, preservando a integridade física dos originais. Dentro das premissas patrimonialistas, no caso dos arquivos, é incontornável a adoção de políticas preventivas. O que chama atenção para este capítulo e o seguinte são os quadros que conseguem transmitir, de maneira didática e resumida, todo o processo evolutivo da escrita e das formas de comunicação.

O terceiro capítulo apresenta-se como o desenvolvimento natural, tendo em vista a evolução do artefacto como objeto patrimonial para o ‘mentefacto’, trazendo novas dimensões não só no que concerne à produção como à transmissão de

documentos em suporte digital, mas, sobretudo, no que tange à preservação, pois a natureza dos objetos digitais difere dos formatos tradicionais que a autora acertadamente chama de ‘Desafio Digital’.

Destaca-se, entre outros aspectos do texto, a discussão conceitual sobre a desmaterialização do suporte a partir da constituição do ambiente digital, tendo como base a revisão do conceito de documento, pois a complexidade e a pluridimensionalidade do ambiente eletrônico “[...] coloca o documento num espaço ‘virtual’ [...] rompendo com a ligação física da informação ao suporte que a materializava/tridimensionalizava, nos permite avançar nesse sentido [...] que memórias ‘primárias’ ou secundárias do sistema [...] possam ser assumidas como o suporte”. (p.115)

A dimensão informacional trazida pelo uso do computador nos coloca de frente com a escrita eletrônica/digital ou linguagem binária do computador e a escrita informatizada, entendida como uma representação decodificável pelo ser humano que é uma construção visualizável e temporária, entretanto o registro não acompanha a linearidade do documento analógico, perspectiva ampliada pelas formas de transformação e comunicação ‘assíncrona e multidirecionada’. Ressalta a autora que contrariamente ao papel, o objeto digital é independente e não solidário do suporte em que é registrado/armazenado, quebrando, portanto, a relação que existia entre conteúdo, estrutura e suporte sobre o documento analógico.

Tendo como mote o acesso continuado às informações, a segunda parte do terceiro capítulo nos apresenta as dificuldades efetivas de se preservar os objetos digitais em face dos obstáculos, como a fragilidade dos suportes, a obsolescência tecnológica, a vulnerabilidade dos ambientes digitais. Tais desafios “[...] envolverá também inúmeros atores e agentes dado que a preservação digital [...] abrange também questões administrativas, legais, políticas, econômico-financeiras e, sobretudo, de gestão, controlo e descrição da informação e do seu contexto de produção”. (p.142) E, sobre estas dificuldades, assenta a necessidade de utilização de diversas estratégias, incidindo diferentemente nas dimensões do objeto digital, mas não há uma resposta ou produto único para a preservação a longo termo.

Neste sentido, deve-se fazer uma abordagem sistêmica que abranja não só os aspectos técnicos, mas também organizacionais, as infraestruturas técnicas, a legislação e os serviços prestados, ou como denota a autora, “[...] começa desde logo na implementação de uma efetiva Gestão de Informação, definindo procedimentos e estratégias aquando da criação, transmissão e preservação da informação de informação”. (p. 157). Portanto, o problema da preservação e conservação do

objeto digital não pode ser enfrentado com uma separação dos atores envolvidos, mas sim, pela construção de pontes que agregue as contribuições das diversas disciplinas envolvidas.

Chegamos ao quarto e último capítulo em que a Maria Manuela apresenta o resultado da pesquisa sobre as iniciativas, os planos, os programas e projetos no âmbito da preservação em nível mundial, realizados entre os períodos de 1995 e 2007. A autora sistematizou o trabalho, considerando o tipo de iniciativa, sua distribuição geográfica, o tipo de entidade promotora, o tipo de repositório, tipo de âmbito e período de atuação. Assim, por intermédio da análise desses elementos foi possível vislumbrar as rotas das ideias de preservação que se estão produzindo em nível mundial, pontuando, principalmente, para um “[...] desafio que apela a cooperação e uma conjugação de esforços que ultrapassa a área de domínio dos tradicionais serviços de informação e que também não pode ignorar a efectiva constituição de sistemas de informação que corporizam realidades híbridas [...], apelando a uma também cada vez maior necessidade de que a dimensão sistêmica [...] se expanda à própria função da preservação”. (p. 206)

A obra da professora Manuela Pinto enriquece o processo de discussão que não se encerra aqui, tendo em vista que o desenvolvimento do ambiente digital é uma área que está em aberto e em diálogos profícuos com a Ciência da Informação, em particular com a Arquivologia, pois a emergência do digital atua diretamente sobre o nosso objeto de estudo. Destarte, a partir de uma salutar análise, cercada de quadros e diversos gráficos apresenta um caminho a ser trilhado a partir de um posicionamento teórico-metodológico. A conjugação desses elementos aumentará exponencialmente às instituições, as possibilidades de sucesso na complexidade do desafio que é a preservação digital.